

INSTITUTO	
Documentação	
SOCIOAMBIENTAL	
Fonte	<i>A Tarde on line</i>
Data	<i>9/4/2002</i> Pg
Class.	<i>64</i>



A TARDE
o n l i n e

internet.com.informação
www.atarde.com.br

09/04/2002

[Retornar para Nacional / Geral >>](#)

Denúncia

Ibama apura denúncias de corrupção no sul da Bahia

Brasília – O ministro do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho, lança amanhã o programa de gestão ambiental integrada no Parque Nacional de Monte Pascoal, em meio a várias denúncias de corrupção e omissão de funcionários do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) no sul da Bahia.

O programa é para recuperar os remanescentes de Mata Atlântica. Mas de acordo com organizações não-governamentais (ongs) ambientalistas, na região têm ocorrido desmatamentos, queimadas criminosas, uso e ocupação irregular do solo, especulação imobiliária, pesca predatória, turismo impactante e destinação irregular do lixo, entre outras.

No início de janeiro entidades da Rede de ongs da Mata Atlântica enviaram denúncias ao então ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, e o então presidente do Ibama, Hamilton Casara. As ongs pediam uma auditoria nos escritórios do Ibama no sul da Bahia. Querem também o imediato remanejamento dos funcionários sob suspeita de envolvimento em irregularidades e a suspensão definitiva da exploração de madeira na área.

O técnico em assuntos educacionais do Ibama Alberto Chaves Paraguassu foi a campo e verificou várias irregularidades. "O que pudemos constatar até o momento é apenas uma pequena ponta do iceberg de omissão e prevaricação existente no Ibama no sul da Bahia", resumiu em documento enviado a Casara.

O técnico alertou para a necessidade de medidas urgentes sob pena de o órgão cair em descrédito com a sociedade local e nacional, além de trazer grandes prejuízos para o remanescente de Mata Atlântica.

Paraguassu informou que o Ibama em Eunápolis estaria fornecendo autorização para transporte de produto florestal (ATPF) para madeira ameaçada de extinção, como o pau-brasil. A exploração dessa madeira é proibida pela portaria 37-N, de abril de 1992, e pela Lei 6.607.

O técnico também relatou o preenchimento errado de auto de infração, beneficiando o infrator. Paraguassu conta que se surpreendeu com um auto de infração que mencionava apenas 40 das 360 estacas de madeira nativa da Mata Atlântica, encontradas na propriedade de um fazendeiro. A notificação ainda atestava que as estacas eram usadas, quando, na verdade, eram novas.

Além das incorreções, o auto de infração sequer fora lavrado, o que na opinião de Paraguassu, torna "a gerência executiva do Ibama em Eunápolis conivente com o crime ambiental cometido". Ele explica que, se o auto tivesse sido lavrado, o caso poderia ser remetido ao Ministério Público para que fosse exigida a recuperação da área degradada.

Desde as denúncias de Paraguassu, pouca coisa mudou. "Nada evoluiu. Pelo contrário, piorou", afirma o secretário-executivo do Instituto Sócio Ambiental (ISA), João Paulo Capobianco. Segundo ele, todas as madeiras que fazem explorações na área, apesar de serem legalizadas, atuam de forma irregular, o mesmo acontecendo com os planos de manejo.

[Retornar para Nacional / Geral >>](#)